

Willian Veloso Francisco

EDUCAÇÃO, A BASE SOCIOECONÔMICA.

Mauá

2016

Educação, a base socioeconômica.

Autor: Willian Veloso Francisco

Professor orientador: Sergio Ricardo Alves

RESUMO

O objetivo deste ensaio é apresentar o impacto da educação na sociedade e como ela promove a economia do país, analisando, sobretudo, os processos de expansão político-econômicos, concentração populacional das cinco regiões brasileiras, as taxas de analfabetismo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o trabalho infantil frente às condições socioeconômicas das famílias. Nosso país, apesar de ser uma potência econômica, é atualmente débil em questões educacionais, seja por erros governamentais cometidos ao longo do tempo, seja pelo desinteresse dos alunos que não anseiam conhecimento. No *ranking* mundial de educação divulgado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2015, somos o 60º colocado dentre 76 países avaliados, o que demonstra o péssimo desempenho da educação pública brasileira, na qual há um desequilíbrio na distribuição de ensino, e conseqüentemente na produtividade, afetando a indústria, o produto interno bruto (PIB) e a renda *per capita*, gerando desigualdades sociais.

Palavras-chave: educação; economia brasileira; sociedade; desenvolvimento.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. DESENVOLVIMENTO	5
2.1. Educação.....	5
2.1.1. Definição de educação.....	5
2.2. Educação básica no Brasil.....	5
2.2.1. Processos migratórios.....	7
2.3. Ações afirmativas	8
2.3.1. Aspectos positivos	8
2.3.2. Aspectos negativos	10
2.4. Ensino Superior	11
2.5. O impacto socioeconômico.....	12
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	15

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - CUT – População Negra no Brasil.....	6
Figura 2 - UNB – Análise de Cotas para Negros da Universidade de Brasília	9
Figura 3 - IDEB – Resultados e Metas de 2005 a 2015 e Projeções para o Brasil	10

1. INTRODUÇÃO

Ao analisarmos o contexto histórico do Brasil, percebemos que o acesso à educação de qualidade vem sendo negligenciado por alguns governantes na tentativa de satisfazerem suas ganâncias e reduzirem a participação política do povo. Este fator, além de impedir o pleno desenvolvimento da nação como um todo, formou um abismo entre as classes sociais. Neste ensaio, a educação é explanada como instância básica do desenvolvimento, almejando expandir a visão do leitor perante as causas que nos levam a uma condição de atraso frente a outros países, além de retratar as disparidades econômicas e sociais da população que fica à mercê de um ensino básico inadequado, que muito provavelmente, não preparará para a exigência acadêmica dos vestibulares, afetando as famílias, e culminando em uma crítica construtiva, com enfoque no ensino público.

São evidenciados os investimentos públicos na educação, e como o ensino superior é subordinado às necessidades do mercado, desencadeando uma série de fatores que resultam no desequilíbrio social, provocando um impacto socioeconômico na população.

Segundo o professor sociólogo e orientador deste ensaio Sergio Ricardo Alves, na escola pública, a prática foge da teoria. “Deparamos com salas com grande número de alunos, mesclando os vários níveis de defasagem, além das crianças de inclusão, aquelas que precisam de aprendizagem e carinho diferenciado”. Ressaltando que a inclusão é fundamental como uma política assistencialista (temporária). “Encontramos alunos sem base familiar, ou sem acompanhamento daqueles que deveriam torná-los cidadãos de bem, transferindo essa função para a escola pública”.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Educação.

2.1.1. Definição de educação.

O termo “educação” significa, segundo o minidicionário Houaiss, processo para o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano. Sua etimologia de origem latina, *educare*, que significa conduzir para fora, é junção do prefixo “*ex*” e “*ducere*”. Educação, de forma ampla, é o ato de ensinar, instruir e preparar uma pessoa para que ela se torne apta a desenvolver suas capacidades e valores dentro de um meio. Com a educação ela aprende valores, princípios e hábitos, adquire conhecimento e obtém senso crítico e analítico.

A educação pode ser observada em qualquer sociedade ou grupo, sendo a chave para a perpetuação, transformação e evolução do conhecimento passado entre as gerações que seguem, da maneira de ser e estar, necessária ao convívio mútuo nos modos de agir e pensar, além de tanger a democracia e a igualdade social.

Existem dois níveis distintos de educação: o ensino básico e o ensino superior. O primeiro com finalidade de desenvolver a consciência ética e moral, enquanto o segundo para qualificar a mão de obra ofertada no mercado de trabalho, almejando a elevação do conhecimento. Apesar da importância de ambos, o primeiro concentra-se em crianças entre seis e 17 anos de idade, sendo mais importante para a sociedade e para o país, pois lá está a futura geração que levará a nação adiante.

Na perspectiva do filósofo e matemático francês, Nicolas de Condorcet (1789), a instrução serve de condição básica para o funcionamento do Estado, devendo este proporcioná-la. “O projeto de Condorcet tem um claro compromisso com a meta de uma sociedade democrática”, acrescenta Carlota Boto (2010), professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). “Ele entendia que de nada adiantava declarar um povo como portador de direitos, se cada um dos indivíduos não pudesse desfrutar deles.”.

2.2. Educação básica no Brasil.

Em 2015, os países que apresentaram os maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), como os Estados Unidos (0,915), Japão (0,891), Dinamarca (0,923), Noruega (0,944), Austrália (0,935), entre outros¹, também apresentaram um ensino extremamente elevado e muito bem distribuído por todo o país, expandindo o acesso à educação e reduzindo

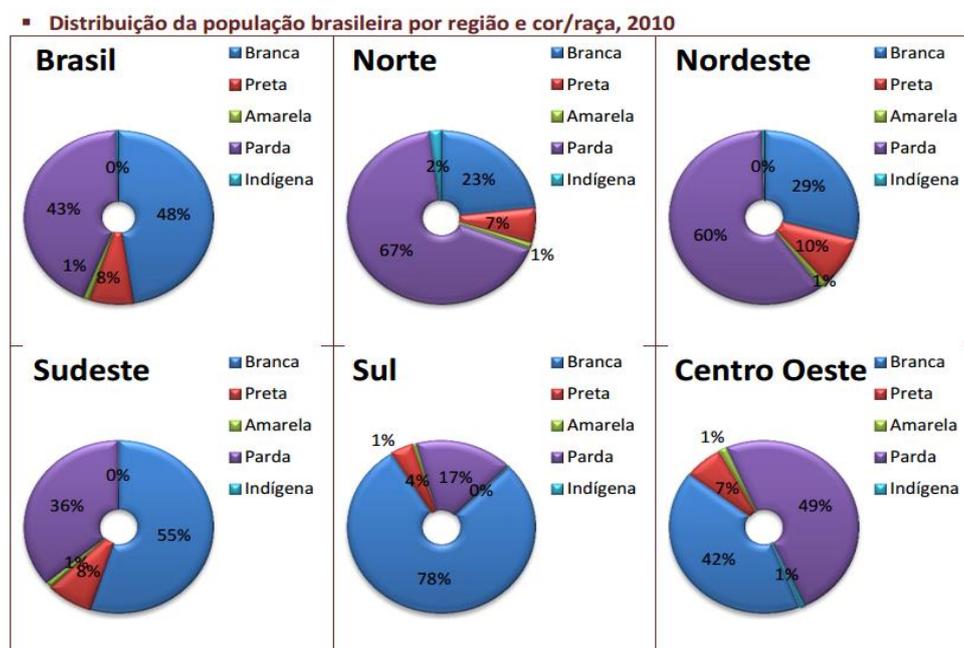
¹ Fonte: JAHAN, Selim. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015**. p. 40. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2016.

as taxas de analfabetismo que permanecem quase nulas nestes países, ou seja, existe uma forte ligação entre o índice de desenvolvimento e o índice de educação.

No Brasil, podemos analisar e comparar o nível de desenvolvimento de cada região e relacioná-las à educação. Em 2010, o IDH médio das regiões brasileira era: Sul (0,756), Sudeste (0,753), Centro-Oeste (0,753), Norte (0,683) e Nordeste (0,659). Em 2014, a taxa de analfabetismo por região era: Sul (4,4%), Sudeste (4,6%), Centro-Oeste (6,5%), Norte (9,0%) e Nordeste (16,6%). Em 2011, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* observado era: Sul (R\$ 24.382,79), Sudeste (R\$ 28.350,39), Centro-Oeste (R\$ 27.829,64), Norte (R\$ 13.888,49) e Nordeste (10.379,55)².

Diante destes dados, observamos que as regiões com maior IDH (Sul, Sudeste e Centro-Oeste), também são aquelas com menores taxas de analfabetismo, enquanto as demais regiões (Norte e Nordeste) permanecem com estes índices retraídos. Também concluímos que a educação não acompanha o crescimento econômico do PIB, mas o IDH, já que a educação é fundamental para o desenvolvimento.

Entre as regiões com maiores índices de analfabetismo, em 2010, a população em sua maioria era composta por negros, como demonstrado nos gráficos a seguir:



Fonte: Secretaria de Combate ao Racismo/CUT – III CONAPIR.

² Fontes: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto, população residente e Produto Interno Bruto per capita.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/images/2522_3643_173712_106392.gif>. Acesso em: 10 de out. de 2016; IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **A JANELA PARA OLHAR O PAÍS.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000024052411102015241013178959.pdf>>. Acesso em: 10 de out. de 2016 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Ranking – Todos os Estados.** Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 10 de out. de 2016.

Figura 1. CUT – População Negra no Brasil³.

Observa-se no gráfico que, as regiões mais desenvolvidas apresentam maiores percentuais de pessoas consideradas brancas, isto acontece pelos fatos históricos que marcaram os processos migratórios no território brasileiro, em que muitos indivíduos negros fugitivos da escravidão estabeleceram-se nas regiões Norte e Nordeste, os quais permaneceram “esquecidos”, frente às concentrações urbanas em centros industriais promissores à economia.

2.2.1. Processos migratórios⁴.

A concentração populacional por etnia no Brasil está diretamente ligada aos processos de urbanização ao longo da história do País. Em 1500, quando os primeiros portugueses chegaram ao Novo Mundo, encontraram apenas tribos indígenas.

Com a colonização, além dos portugueses, os povos nativos fizeram contato com espanhóis e franceses. Anos depois, negros africanos foram trazidos à força para trabalhar como escravos nas lavouras de cana-de-açúcar e na mineração. Estima-se que entre 1781 e 1855, cerca de dois milhões de negros adentraram ao Brasil nas condições de escravo.

Posteriormente, no fim do século XIX e início do século XX, alemães, italianos, árabes, espanhóis e japoneses imigraram para o Brasil fugindo das crises econômicas, guerras e ou perseguições políticas/étnicas.

Entre 1880 e 1890, aconteceu o maior fluxo de imigração, quando ao menos 1,2 milhão de estrangeiros chegaram no Brasil. Durante o século XX, dois fluxos em massa marcaram as décadas de 1920-1929 (800 mil) e 1950-1959 (quase 600 mil).

Os indícios da colonização e da imigração são perceptíveis nas diversas regiões do País. Nas regiões Norte e Nordeste, por exemplo, encontram-se 75% da população negra ou parda do Brasil sendo a Bahia responsável por comportar 17,1% desse volume.

O Amazonas é o Estado com maior número absoluto da população indígena: 168,6 mil. No Sul e Sudeste, existem grupos de origem portuguesa, japonesa, italiana, ucraniana, polonesa e alemã. Essas regiões concentram a maior parte da população amarela e branca.

³ Fonte: CUT. Central Única dos Trabalhadores. **Distribuição da população brasileira por região e cor/raça, 2010.** Disponível em: <https://cut.org.br/system/uploads/action_file_version/1fcd516c53da22deae03e41c795da50/file/dados-20-20-20-20-20populacao-20negra-20no-20brasil-20-20populacao.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2016

⁴ Fontes: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil 500 anos de povoamento.** Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>>. Acesso em: 28 de set. de 2016 e IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O BRASIL INDÍGENA.** Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/pdf-brasil-ind.pdf>>. Acesso em: 28 de set. de 2016.

Santa Catarina é a Unidade da Federação com o maior número de pessoas que se autodeclararam brancas: 85,7%.

Um aspecto conexo à ocupação do território brasileiro é o chamado “despovoamento” dos indígenas. No século XVI, acredita-se que havia mais de dois milhões de indígenas, mas hoje existem cerca de 800 mil, reflexo do processo histórico de expansão político-econômica.

2.3. Ações afirmativas.

Ações afirmativas são medidas públicas e privadas que visam retificar a desigualdade e a discriminação vigentes na sociedade, os quais resultam no desequilíbrio (social, econômico, político e cultural) que tende a se perpetuar. As ações afirmativas podem ser praticadas de forma voluntária ou obrigatória, isto é, através de medidas aprovadas por lei que as tornem obrigatórias. Sobretudo, seus fins visam sanar um quadro de desigualdade considerada negativa para o desenvolvimento da sociedade, e mudar o *status quo*.

Podemos considerar como ações afirmativas: o incremento da contratação e promoção de membros de grupos discriminados no emprego e na educação por meio de cotas, bônus ou fundos de estímulo; bolsas de estudo; empréstimos e preferência em contratos públicos; determinação de metas ou cotas mínimas de participação na mídia, na política e outros âmbitos; reparações financeiras e distribuição de terras e habitação.

Existem múltiplas discussões a respeito destas ações e seus impactos positivos ou negativos no desenvolvimento social e econômico.

2.3.1. Aspectos positivos.

A Lei 10.639/03⁵ e suas regulamentações (resolução CNE/CP 01/2004 e parecer CNE/CP 03/2004) estão ligadas à garantia do direito à educação e reavaliam neste o direito à diferença. É perceptível o seu potencial indutor e realizador de programas e ações voltadas à sustentação das políticas de direito e reforço às questões raciais de maneira mais ampla e inclusiva. No entanto, dada a responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), dos sistemas de ensino, das escolas, gestores e educadores na superação do racismo e na educação das relações étnico-raciais, as iniciativas para concretização desta política é desprovida de enraizamento.

É importante reconhecer que a Lei 10.639/03, bem como suas diretrizes, é favorável às ações afirmativas voltadas para a população negra brasileira, as quais são desenvolvidas em

⁵ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 07 de out. de 2016.

conjunto com as políticas públicas de caráter universal na luta antirracista na construção da democracia.

Em 2004, a Universidade Brasília (UNB) iniciou o programa de cotas utilizando unicamente os critérios de cor. Os resultados foram:

SISTEMA	REGISTRADOS	% REGISTRADOS*	FORMADOS	% DE FORMADOS	DESLIGADOS	% DESLIGADOS
Cotas para negro	6.273	17,00	1.568	18,5	1.810	17,3
Universal	30.623	83,00	6.904	81,5	8.641	82,7
Total	36.896	100,00	8.472	100	10.451	100

Nota - Motivos do desligamento: anulação de registro; decisão judicial; falta de documentação; jubramento; abandono voluntário de curso; não cumprir condição; falecimento; transferência; novo vestibular; mudança de habilitação; mudança de curso; mudança de turno; repetir três vezes a mesma disciplina e abandono.

Fonte: Universidade de Brasília (2013)

* A coluna laranja foi acrescentada pelo autor deste ensaio, não sendo parte do relatório oficial da Universidade de Brasília.

Figura 2. UNB – Análise de Cotas para Negros da Universidade de Brasília (2013)⁶.

Segundo o relatório “Análise de Cotas para Negros da Universidade de Brasília (2013)”, no período compreendido entre 2004 a 2013, foram registrados 6.273 (100%) candidatos pelo sistema de cotas, dos quais 1568 (25%) concluíram o ensino superior e 2895 (54%) continuam estudando. Dos candidatos que iniciaram seus estudos sem o sistema de cotas 30.623 (100%), apenas 6.904 (22,5%) concluíram o ensino superior, sendo que 15.078 (51%) continuam estudando. Concluimos que, para cada 60 alunos negros, pelo menos 15 se formam, enquanto para cada 300 alunos brancos, amarelos ou até mesmo negros que não requisitaram o sistema de cotas, pelo menos 69 se formam, ou seja, uma razão de 0,25 e 0,23, respectivamente, no que podemos afirmar que, neste caso, as cotas foram efetivas quanto à inclusão do negro, encorajando outras universidades federais a adotarem o mesmo sistema.

Marcus Eugênio Oliveira Lima (2014), professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, fala em uma entrevista ao blog SciELO seu ponto de vista sobre as ações afirmativas e as corridas meritocráticas para ingresso no ensino superior:

Não existe igualdade universal. A igualdade não deve ser um princípio descritivo das relações sociais, mas uma meta, um imperativo que estruture

⁶ TOUBIA, Ariane A. T.; LIMA, Paulo Gomes. **Ações afirmativas na educação: os avanços na realidade brasileira na perspectiva da universidade para todos.** Laplage em Revista (Sorocaba), vol.1, n.3, set.- dez. 2015, p. 118-129. Disponível para *download* em: <<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/download/104/243>>. Acesso em: 03 de out. de 2016.

as ações políticas dos governos e as ações sociais dos grupos e organizações. [...] Neste sentido, para que se construa efetivamente um projeto de sociedade igualitária, é preciso tratar os desiguais de forma desigual, permitindo-lhes acesso privilegiado ao trabalho e a educação de qualidade, a fim de que em alguns anos possamos ter a equidade social, e aí sim corridas meritocráticas justas, em que todos saem do mesmo ponto e com as mesmas chances.⁷

2.3.2. Aspectos negativos.

Considerando a efetividade das ações afirmativas e suas propostas de combate ao racismo e à desigualdade, contrariaremos essas medidas exibindo o comportamento educacional do Brasil.

Expandir as ações afirmativas em função da educação para “melhorar” a introdução de grupos desfavorecidos nas universidades públicas brasileiras não mudará os problemas evidentes nas escolas como a falta de visão estratégica, falta de equidade e gestão da educação, professores despreparados, interesses corporativistas e o fracasso escolar (evasão, repetência e frequência). Todos estes e muitos outros problemas influenciam diretamente em um péssimo ensino básico, no qual os alunos não serão completamente preparados para a competitividade do mercado e dos vestibulares, logo, precisarão recorrer às ações afirmativas que, por fim, servem de paliativos aos problemas que afrontam o desenvolvimento do país.

Comparando os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), podemos facilmente apontar a discrepância entre o ensino público (3,5) e privado (5,3) para o ensino médio no Brasil em 2015. Estes números dentro de uma escala de 0 a 10 representam uma lacuna na qualidade da educação oferecida. Esta diferença, em seis anos, passará de 1,8, em 2015, para 2,1 até 2021, ou seja, os alunos do ensino médio público permanecerão em desvantagem perante os estudantes do ensino privado ao disputar uma vaga no vestibular.

	IDEB Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	4.3	5.2
Dependência Administrativa												
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.3	5.6	5.7	5.8	6.0	6.3	7.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.1	3.2	3.4	3.6	4.0	4.9

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: Saeb e Censo Escolar.

⁷ CAMPOS, Viviane G. **Costa universitárias no Brasil: positivo ou negativo?**. Disponível em: <<http://humanas.blog.scielo.org/blog/2014/06/09/cotas-universitarias-no-brasil-positivo-ou-negativo/>>. Acesso em: 02 de out. de 2016.

Figura 3. IDEB – Resultados e Metas de 2005 a 2015 e Projeções para o Brasil⁸.

Um exemplo de como as ações afirmativas influenciam a economia é o Financiamento Estudantil (FIES), criado pelo Ministério da Educação (MEC), em 1999. Através dele, o estudante pode financiar seu curso em instituições de ensino superior (IES) privadas. Em 2014, a Controladoria Geral da União relatou que 47% dos contratos em fase de amortização apresentavam pagamentos atrasados.

Frente a este impasse, o governo, em 2015, além de estreitar o acesso a esta linha de crédito, reajustou a taxa de juros de 3,4% para 6,5%. Esta medida foi necessária para manter o subsídio do programa e torná-lo mais sustentável em relação ao custo de oportunidade, pois estes financiamentos apresentam juros reais negativos⁹.

2.4. Ensino Superior.

As políticas do ensino superior seguem pela diversificação, a redefinição de sua autonomia e a avaliação de desempenho. A diversificação é resultado do modelo implantado em 1968 para as universidades que deveriam pleitear o ensino e a pesquisa. Hoje, nossas políticas propõem fuga do modelo único, possibilitando, além da formação científica (ensino e pesquisa) a formação em: bacharelado, tecnólogo e licenciatura. Porém, sair do modelo único depende da autonomia universitária para sua efetivação. Essa autonomia se define na redução dos manejos burocráticos e normativos, assegurar liberdade de organização dos serviços e execução de tarefas, delimitando uma gestão baseada na avaliação do desempenho. A avaliação recai sobre o setor público, na distribuição de recursos, e no setor privado, ao processo de credenciamento e credenciamento de recursos.

Neste modelo, as instituições definem seus objetivos, metas e prioridades a partir de critérios que vão balizar a avaliação, desta forma, é inerente a diversificação do sistema de ensino superior.

Portanto, as diversas análises sobre as universidades inclinam-se para uma contextualização incorporada na “economia do saber”, no sentido de atar a transmissão do conhecimento e a produção às necessidades do mercado.

Michael Gibbons, em seu livro *The new production of knowledge* (1994), mostra o aumento da necessidade de conhecimento científico e tecnológico pela indústria na sociedade

⁸ INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB – Resultados e Metas**. Disponível em: < <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=1611396>>. Acesso em: 14 de set. de 2016.

⁹ CGU. Controladoria-Geral da União. **Relatório de Auditoria Anual de Contas**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=27651-ra-fies-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 26 de set. de 2016.

contemporânea. O conhecimento especializado torna-se uma peça elementar na firmeza das vantagens corporativas entre as empresas. Em face à enorme competitividade internacional, as empresas aspiram novas tecnologias para melhorar a produtividade e, portanto, requerem conhecimento especializado. As empresas acabam optando por arranjos cooperativos em parceria com as universidades, com o governo e com outras empresas (Gibbons, 1994).

O anseio da competitividade no processo de globalização é emergente no novo modelo de produção do conhecimento, que provoca alterações em todo o quadro da educação e, sobretudo, no ensino superior. Este modelo de produção do conhecimento é embasado em questões práticas, no sentido em que desenvolve pesquisas fundamentadas na necessidade de resolução de problemas práticos, ou acatar demandas econômicas e/ou sociais, e não apenas de interesses cognitivos, como na pesquisa básica.

2.5. O impacto socioeconômico

Partindo da concepção de que a sociedade capitalista se solidifica através das relações de produção, conduzidas pelo capital, é imprescindível correlacionar os índices educacionais e a desigualdade de renda em uma avaliação quanto à desigualdade social e os níveis acadêmicos da população. No contexto da sociedade capitalista, os indicadores incumbidos de medir a desigualdade social no Brasil acompanham a movimentação da discrepância econômica e a aglomeração de renda.

A desigualdade de renda é relatada pelos autores Marcio Pochmann e Ricardo Gomes em sua obra “Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial”, em 2003, que revelam que as cinco mil famílias mais ricas do Brasil, equivalendo a 0,001% da população, detêm 40% do PIB¹⁰, enquanto, 34 milhões de brasileiros (40% da população) entre 15 e 24 anos de idade vivem em condições de extrema pobreza.

A essência dessa análise tange a desigualdade de renda e os indicadores educacionais, partindo da concepção de que o Brasil possui uma elevada dissemelhança econômica entre as classes sociais. A análise de alguns indicadores educacionais expõe a conexão entre as condições econômicas da população em função dos diferentes níveis sociais da educação.

Dados do Portal Brasil revelam um alto índice de evasão escolar. Em 2012, a taxa de abandono atingiu 24,3%. Este volume é alarmante comparado a países vizinhos como Chile (2,6%), Argentina (6,2%) e Uruguai (4,8%), sendo válido ressaltar que, dentre 1,6 milhão de

¹⁰ OLIVEIRA, João Ferreira de. **OS PAPÉIS SOCIAIS E A GESTÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO BRASIL**. p. 3. Disponível em: < <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/joaoFerreira-ComunicacaoOral-int.pdf> >. Acesso em: 10 de out. de 2016.

alunos que abandonaram o ensino básico, mais de 1,5 milhão estudavam em escolas públicas, dos quais 762 mil estavam no ensino fundamental e 760 mil no ensino médio¹¹.

A desigualdade de renda também está diretamente relacionada aos índices de distorção idade-série. As regiões como Norte e Nordeste (nas quais se encontra o maior número de pobres do país) são as que retratam um maior número de pessoas com 14 anos de idade em situação de distorção escolar (40,7% e 40,4% respectivamente) entre 5ª a 8ª série. Mesmo em regiões mais desenvolvidas, como é o caso do Sul e Sudeste, os índices são altos. Estas duas regiões apresentam respectivamente 23,8% e 21% de alunos com 14 anos em situação de distorção (INEP, 2010)¹².

A evasão escolar e a distorção idade-série estão ligadas à necessidade de complementação da renda familiar. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), houve um aumento de 4,5% (143,5 mil) no número de crianças e adolescentes entre 5 a 17 anos ocupados em 2014, somando 3,3 milhões do total de pessoas nessa faixa etária. Desse total, 16,6% (553,6 mil) tinham entre 5 e 13 anos de idade (trabalho infantil). Nas regiões Norte e Nordeste, este volume subiu respectivamente para 27,5% e 22,4%¹³.

Neste contexto, a evasão escolar também é uma realidade que, muitas vezes, está relacionada às condições econômicas e sociais das famílias. A necessidade de complementação da renda familiar, infelizmente, é uma realidade que penetra o dia a dia dos mais pobres, o que afeta diretamente o desempenho/desenvolvimento escolar dos alunos.

Estas causas propiciam o aumento do analfabetismo, o qual em uma sociedade que exige competências técnicas e estudos para introdução no mercado de trabalho que reflete na lógica dominante, pois condiciona uma parcela de mercado e preserva a divisão social do trabalho, discernindo o trabalho manual do intelectual. Assim, podemos melhor compreender como se manifesta um dos dispositivos de “exclusão” da sociedade, no qual o sistema educacional opera como um dos principais fatores.

¹¹ Fonte: Portal Brasil. **MEC cria grupo para examinar causa de evasão escolar**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2013/11/mec-cria-grupo-para-examinar-causa-de-evasio-escolar>>. Acesso em: 09 de out. de 2016.

¹² Fonte: Portal Brasileiro de Dados Aberto. **Taxas – Brasil, regiões e Ufs 2010**. Disponível para *download* em: <<http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-distorcao-idade-serie-escolar-na-educacao-basica/resource/7ab94f17-88ee-482a-9601-0f4c899c804d>>. Acesso em: 09 de out. de 2016.

¹³ Fonte: PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **PNAD 2014: População desocupada cresce, mas tendência se mantém**. Disponível em: <<http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/pnad-2014-popula%C3%A7%C3%A3o-desocupada-cresce-mas-tend%C3%Aancia-de-redu%C3%A7%C3%A3o-da-desigualdade-se-mant%C3%A9m>>. Acesso em: 09 de out. de 2016.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é imprescindível para a formação intelectual e moral de um cidadão e colabora para torna-lo capaz de pertencer a um meio, cumprir seus deveres e contribuir para o mundo. Desde o Brasil Império até hoje, o ensino público é equivocadamente associado à pobreza, sempre tido como precário e imutável. No entanto, além dos problemas apresentados neste ensaio, devemos fazer frente aos casos que, cada vez mais, obstruem o direito à educação, como, por exemplo, o fato de os educandos mostrarem-se desrespeitosos para com os professores e, ressalta-se, ainda, que é de plena responsabilidade da família a monitoria dos filhos libertinos que se fazem alienados e depredam o patrimônio público.

O Brasil não se beneficia de forma alguma com a má qualidade educacional, pois deixar de investir na educação significa limitar os recursos disponíveis para manutenção das escolas e construção de novas unidades, atrofiando o valor intrínseco da educação, além de que, uma educação de má qualidade concorre para reduzir (em longo prazo) a renda da população, limitando conseqüentemente o consumo, refreando o crescimento do PIB, diminuindo a atratividade do investimento produtivo e, em suma, afetando negativamente nossa economia.

Assim também são afetados os professores que, para além da infraestrutura, são os principais agentes na propagação, difusão e multiplicação do conhecimento, os quais continuam com poucos incentivos às capacitações e planos de carreira, reduzindo seus salários e sufocando seu real valor na sociedade.

Não devemos apenas culpar o passado histórico a que o Brasil foi submetido. Se aprendermos com os erros e suportarmos o peso das conseqüências, seremos verdadeiros conquistadores, melhorando o nosso país para as futuras gerações que hão de ser orgulhosos brasileiros.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Fábio. **O papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade: organização e regulação da educação nacional.** Disponível em: <http://portais.seed.se.gov.br/sistemas/portal/arquivos/p14-527_Confer%C3%AAncia%20CONAE%20Japarutuba.pdf>. Acesso em: 10 de ago. de 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em: 07 de ago. de 2016.

BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico.** 1945. 6. Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho.** Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/livro/2011/2011qualificacaoProfissionalMercadoTrabalho.pdf>>. Acesso em: 18 de set. de 2016.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Salário mínimo e distribuição de renda.** Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2005/notatecSMDR.pdf>>. Acesso em: 19 de set. de 2016.

FILHO, J. C. P. Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – **História da Educação.** In: PERES, T. R. Educação Brasileira no Império. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara Editora, 2005, p. 48-70. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/337931/1/caderno-formacao-pedagogia_3.pdf>. Acesso em: 10 de ago. de 2016.

Gramática. **Etimologia de “educação”.** Disponível em: <<https://www.gramatica.net.br/origem-das-palavras/etimologia-de-educacao/>>. Acesso em: 03 de ago. de 2016.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** 3. ed. rev. e ampliada. - Rio de Janeiro: Editora Moderna Ltda., 2009. 917p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil 500 anos de povoamento.** Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>>. Acesso em: 28 de set. de 2016

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_completo.pdf>. Acesso em: 22 de set. de 2016.

MEC. Ministério da Educação. **Documento-Referência – Conae 2014.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento_referencia.pdf>. Acesso em: 04 de set. de 2016.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **OS PAPÉIS SOCIAIS E A GESTÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO BRASIL.** Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/joaoFerreira-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em: 10 de out. de 2016.